

AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PARFOR)

Afonso Rangel Luz

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: afonso_rangeluz@outlook.com

Leila Pio Mororó

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: lpmororo@yahoo.com.br

707

INTRODUÇÃO

O marco regulatório decisivo para a formação docente foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Ela estabelece que os professores da Educação Básica devem ter a formação em nível superior, em cursos de licenciatura. Apesar de tardia, essa exigência de qualificação do docente dessa etapa da educação brasileira tem relação com a lógica global que passa a reger a política educacional no Brasil entre o fim da década de 1980 e os anos 2000.

Em consonância com essa exigência da LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2000-2010, aponta que o Estado brasileiro buscará, por meio de estratégias, assegurar que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, resultando em uma série de iniciativas dos entes sub-federais na promoção de iniciativas de formação de suas redes públicas, custeando, desta forma, o ensino superior com as verbas destinadas à educação básica (MORORÓ; SILVA, 2017).

A partir da aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – e do compromisso Educação para Todos promovido pelo governo Lula em 2007, as iniciativas do Estado para promover a formação docente passaram a ter um caráter de política nacional, trazendo a União para o centro de sua coordenação e financiamento. Podemos citar como exemplo mais significativo, a criação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

O Parfor, programa de caráter emergencial, está inserido na Política Nacional de Formação de Professores, estabelecida através do decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, o qual prevê a efetivação do Plano partir da instituição do regime de colaboração



entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os estados, os municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior (IES).

Disposto no artigo 11, inciso III do referido Decreto, o Parfor foi criado e regulamentado por meio da Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) nº 09 de 30 de junho de 2009, com a “finalidade de atender à demanda por formação inicial e continuada dos professores das redes públicas de educação básica.” (BRASIL, 2009).

Este texto tem por objetivo apresentar a revisão bibliográfica desenvolvida sobre o Parfor, a qual buscou conhecer o que está sendo pesquisado a respeito, procura identificar como essas pesquisas tem sido desenvolvidas e quais temáticas tem abordado. O levantamento foi realizado entre as produções acadêmicas desenvolvidas em nível de mestrado e doutorado, com recorte nas investigações sobre a implementação do Parfor em Instituições de Ensino Superior.

Segundo Romanowski e Ens (2006, p. 41), “esses estudos possibilitam uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas, bem como suas características e foco”. Nesse sentido, pesquisas do tipo levantamento são de suma relevância para a construção do conhecimento a respeito da evolução das pesquisas sobre determinados temas dentro de uma área.

METODOLOGIA

O levantamento das teses e dissertações foi realizado em bancos digitais, a saber: o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). A busca foi realizada entre os dias 20 de setembro de 2021 e 01 de outubro de 2021. Como descritores de busca foram utilizados os termos: “Parfor”, “PARFOR” e “Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica”, digitados com essa grafia e entre aspas. Utilizamos o termo booleano OR (ou) entre cada termo, sendo que a pesquisa se deu de forma simultânea com os três descritores. Tanto no Catálogo da Capes quanto na Biblioteca Digital optamos pela busca simples, tendo apenas a alteração “Todos os campos” para “Assunto”, se tratando da BDTD.). Foram analisados os títulos e resumos das teses e dissertações.

Na busca inicial, obtivemos um total de 216 trabalhos no Catálogo Capes, sendo 64 teses e 152 dissertações. Quanto à Biblioteca Digital do IBCT obtivemos um total de



48 trabalhos, sendo que 15 teses e 33 dissertações; desse total de 48 trabalhos, apenas 1 trabalho não se repetia no Catálogo digital da Capes, resultando no conjunto de 217 produções.

Após a leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos encontrados, observamos que, do total, 195 trabalhos não investigam especificamente a implementação do Parfor, objeto de nosso interesse. As 22 produções selecionadas para a análise sobre o tema implementação, resultando em um conjunto final compostos por 5 teses e 17 dissertações. Essas foram lidas e interpretadas segundo nosso objetivo, nesse caso, o de analisar os trabalhos que avaliam e/ou investigam a implementação do Parfor em Instituições de Ensino Superior.

709

RESULTADOS

Do conjunto selecionado, o primeiro trabalho defendido foi em 2012, sendo uma dissertação, e os últimos trabalhos datam de 2020, também dissertações. Tendo as primeiras teses em 2014, cinco anos após o surgimento do Parfor.

Identificamos que os primeiros trabalhos científicos eram do tipo dissertação, e apenas em 2014 as duas primeiras teses foram defendidas, tendo por temática a implementação; além disso, o ano de 2016, foi o que mais teve defesas, com a prevalência de cinco dissertações e uma tese. Outro fator que chamou a nossa atenção, é que nos últimos três anos tivemos apenas dissertações. Percebemos que a prevalência de estudos sobre a avaliação e/ou análise da implementação do Parfor varia de quantidade de ano a ano, não havendo uma estabilidade numérica de produções.

Das cinco teses, três analisam o regime de colaboração, como fator determinante para a implementação do Parfor. O primeiro considera esse elemento ao analisar a realidade na Bahia, Pará, São Paulo, Paraná e Mato Grosso; a segunda, nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia; e a terceira, investiga o regime de colaboração na Bahia. A quarta tese avalia os impactos do Parfor na Universidade Comunitária de Sorocaba; e a última tese investiga os impactos do Parfor no estado Mato Grosso do Sul. Como ponto em comum, na maior parte das teses, percebemos que o regime colaboração é central nas discussões sobre a implementação do Parfor.

Quanto as dissertações notamos duas questões centrais, sendo o regime de colaboração o primeiro ponto, no qual autores como Nucci (2013) e Silva (2015), descrevem este como central na implementação do Parfor e efetivação deste; e como

Realização:



Apoio:





segundo ponto identificamos os desarranjos e dificuldades na concretização da execução do Parfor, no que diz que respeito às condições físicas, materiais, humanas e culturais, como por exemplo, no estudo de Santos Neta (2016). A autora chama a atenção para as responsabilidades exercida pela Universidade, Secretaria Estadual e secretaria municipais, bem como a União no que concerne à implementação de programas emergenciais como o Parfor. Susin (2015), por sua vez, aponta que apesar do otimismo inicial, o Parfor ao longo de sua implementação enfrentou diversos desafios e críticas, no que tange as metas de formação docente; bem como foi identificada diversas dificuldades de os entes federados assumirem suas responsabilidades.

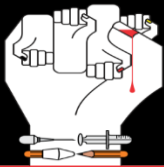
No que se refere a metodologia, percebemos a prevalência da revisão bibliográfica, análise documental, uso de questionários e entrevistas; praticamente todas as dissertações e teses analisadas usaram mais de uma das metodologias apontadas, como forma de ampliação dos mecanismos de obtenção de dados e análise.

CONCLUSÕES

Essa revisão contribui para a ampliação do conhecimento sobre o Parfor e sua implementação em IES, permitindo, portanto, uma avaliação do desenvolvimento desse plano de caráter emergencial nas instituições executoras e seu papel na execução do regime de colaboração pretendido pela política nacional de formação de professores.

Consideramos necessário a partir dessa análise inicial, desenvolver a análise epistemológica das produções, buscando conhecer suas perguntas de investigação, metodologia empregada, base teórica de análise utilizada e resultados. Devido as limitações de páginas não apresentaremos aqui uma análise profunda das teses e dissertações, mas certamente essas informações serão utilizadas em estudos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Parfor. Formação de Professor. Implementação.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 09 de 30 de junho de 2009. In: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF: Inep, 2015.

MORORÓ, Leila Pio; SILVA, Renê. **Contradições na articulação dos entes federados para implementação da Política Nacional de Formação de Professores.** In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.12, n.1, p. 440-455, 2017.

NUCCI, Leandro Picoli. **O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor): desafios na implementação do regime de colaboração em Mato Grosso do Sul.** / Leandro Picoli Nucci. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, 2013.

ROMANOWSKI Joana Paulin; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** In: Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

SANTOS NETA, Aldenora Resende dos. **Formação de professores: um estudo das condições objetivas na implementação do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica – PARFOR/UFMA.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

SILVA, Renê. **Contradições na articulação dos entes federados para a implementação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no Estado da Bahia** / Renê Silva. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Educação, Vitória da Conquista – BA: 2015.

SUSIN, Adriana Sernajoto. **O plano nacional de formação de professores da educação básica no contexto das políticas de formação inicial: pressupostos, contrapontos e desafios a partir de uma experiência em andamento.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Programa de Mestrado em Educação, Joaçaba, SC, 2015.

711